no n.º 2 do artigo 6.º dos Estatutos, pelo que cabe agora proceder à implementação dessas unidades.

Assim, nos termos do artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, e para efeitos da alínea f) do n.º 2 do artigo 6.º do anexo à Portaria n.º 530/2007, de 30 de Abril, nomeio, por urgente conveniência de serviço, em regime de substituição, a licenciada Maria da Glória Reis Silva Araújo no cargo de coordenadora da Unidade de Espécies e Habitats, cargo de direcção intermédia de 2.º grau.

Esta nomeação produz efeitos a partir da data da assinatura.

26 de Julho de 2007. — O Presidente, *João C. Rosmaninho de Menezes*.

Despacho n.º 20 142/2007

Na sequência do Decreto-Lei n.º 136/2007, de 27 de Abril, que estabelece a nova orgânica do Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade, I. P., e da Portaria n.º 530/2007, de 30 de Abril, que aprova os respectivos Estatutos, foram, pelo despacho n.º 42/PRÉS, de 23 de Julho de 2007, criadas as unidades previstas no n.º 2 do artigo 6.º dos Estatutos, pelo que cabe agora proceder à implementação dessas unidades.

Assim, nos termos do artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, e para efeitos da alínea d) do n.º 2 do artigo 6.º do anexo à Portaria n.º 530/2007, de 30 de Abril, nomeio, por urgente conveniência de serviço, em regime de substituição, o licenciado Paulo Alexandre Ferreira Guerreiro no cargo de coordenador da Unidade de Logística e Recursos Humanos, cargo de direcção intermédia de 2.º grau.

Esta nomeação produz efeitos a partir da data da assinatura.

26 de Julho de 2007. — O Presidente, *João C. Rosmaninho de Menezes*.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA E DA INOVAÇÃO

Autoridade de Segurança Alimentar e Económica

Despacho n.º 20 143/2007

O Decreto-Lei n.º 274/2007, de 30 de Julho, veio aprovar a Lei Orgânica da Autoridade para a Segurança Alimentar e Económica, definindo a missão, atribuições e tipo de organização interna obedecendo ao modelo estrutural misto.

Simultaneamente procedeu aos ajustamentos atinentes às estruturas e número de cargos dirigentes, em cumprimento das directrizes dadas do PRACE.

No desenvolvimento do mencionado diploma legal, as Portarias n.ºs 821/2007, de 31 de Julho, e 824/2007, de 31 de Julho, vieram fixar, respectivamente, a estrutura nuclear da ASAE, o número máximo de unidades flexíveis e a dotação máxima de chefes de equipas multidisciplinares.

Com a entrada em vigor da nova legislação, torna-se necessário, por forma a garantir o imprescindível funcionamento dos serviços e a consolidação do novo modelo organizacional, proceder à criação das unidades orgânicas flexíveis e equipas multidisciplinares.

Assim, tendo em conta uma criteriosa programação de custos e resultados, com vista à optimização de recursos, e nos termos das disposições conjugadas do n.º 5 do artigo 21.º da Lei n.º 4/2004, de 15 de Janeiro, e dos artigos 1.º e 2.º da Portaria n.º 824/2007, de 31 de Julho, são desde já criadas na ASAE as divisões e equipas multidisciplinares infra-discriminadas:

I — Na Estrutura Central, são criadas as seguintes unidades flexíveis com as seguintes designações e competências:

1 — Gabinete Técnico de Apoio:

Prestar apoio especializado ao inspector-geral e subinspectores-gerais, garantindo o secretariado;

Assegurar as relações internacionais;

Promover as actividades de relações públicas e de imagem institucional da ASAE;

Desenvolver actividades de planeamento geral;

Garantir a ligação com os órgãos de comunicação social.

2 — Gabinete de Inspeção e Assuntos Internos:

Promover a avaliação do funcionamento dos serviços de acordo com o plano anual;

Prestar apoio diferenciado ao inspector-geral no âmbito disciplinar, ético e deontológico;

Analisar as denúncias e queixas sobre o funcionamento dos serviços ou dos funcionários e colaboradores;

Elaborar relatórios sobre a organização, funcionamento e prestações das unidades orgânicas;

Verificar o cumprimento do plano de actividades e das decisões e instruções internas.

3 — Divisão de Segurança, unidade operacional de apoio e intervenção no âmbito da segurança de pessoas e bens, designadamente:

Desenvolver actividades de segurança passiva e activa;

Elaborar e acompanhar os planos de segurança de pessoas e bens;

Proceder ao controlo e distribuição das armas e munições.

Na Direcção de Serviços Administrativos:

4 — Divisão de Recursos Humanos e Expediente:

Executar e desenvolver as competências referidas nas alíneas a), c), d) e i) do artigo 4.º da Portaria n.º 821/2007, de 31 de Julho;

Promover o sistema de avaliação de desempenho;

Estabelecer o controlo do expediente geral dos serviços e assegurar o acesso aos documentos.

5 — Divisão de Gestão Financeira — executar e desenvolver as competências referidas nas alíneas e), f), g) e h) do artigo 4.º da Portaria n.º 821/2007, de 31 de Julho.

6 — Divisão de Gestão Patrimonial:

Executar e desenvolver as competências referidas na alínea b) do artigo 4.º da Portaria n.º 821/2007, de 31 de Julho;

Assegurar a gestão dos armazéns;

Assegurar a gestão dos serviços de limpeza dos edifícios;

Proceder à inventariação e actualização de todos os bens móveis e imóveis.

Na Direcção de Serviços Técnicos:

7 — Divisão de Formação e Documentação:

Executar e desenvolver as competências referidas nas alíneas a), b), d), e), f) e h) do artigo 7.º da Portaria n.º 821/2007, de 31 de Julho;

Assegurar a gestão e controlo dos programas POAP.

8 — Centro de Formação Técnica:

Executar e desenvolver as competências referidas na alínea g) do artigo 7.º da Portaria n.º 821/2007, de 31 de Julho;

Promover o bom funcionamento das instalações que lhe estejam permanentemente afectas.

9 — Divisão de Informação:

Executar e desenvolver as competências referidas na alínea c) da Portaria n.º 821/2007, de 31 de Julho;

Prestar e promover a informação ao público.

10 — Divisão de Informática e Comunicações:

Executar e desenvolver as competências referidas nas alíneas i), j), l) e m) do artigo 7.º da Portaria n.º 821/2007, de 31 de Julho;

Promover a implementação do SIRESP na ASAE.

No Laboratório de Segurança Alimentar:

11 — Laboratório de Microbiologia — prosseguir as atribuições previstas no artigo 5.º da Portaria n.º 821/2007, de 31 de Julho, no âmbito das análises microbiológicas, sensoriais e bioquímicas de todos os géneros alimentícios.

12 — Laboratório de Físico-Química — prosseguir as atribuições previstas no artigo 5.º da Portaria n.º 821/2007, de 31 de Julho, no âmbito das análises químicas, físicas e tecnológicas de todos os géneros alimentícios.

13 — Laboratório de Bebidas Alcoólicas e Produtos Vitivinícolas — prosseguir as atribuições previstas no artigo 5.º da Portaria n.º 821/2007, de 31 de Julho, no âmbito das análises de bebidas e produtos de origem vínica e não vínica.

Na Direcção de Serviços de Planeamento e Controlo Operacional:

14 — Divisão de Análise e Pesquisa de Informações — executar e desenvolver as competências referidas na alínea b) do artigo 3.º da Portaria n.º 821/2007, de 31 de Julho.

15 — Divisão de Planeamento e Operações — executar e desenvolver as competências referidas nas alíneas a), c), d), e) e f) do artigo 3.º da Portaria n.º 821/2007, de 31 de Julho.

16 — Unidade Central de Investigação e Fiscalização:

Executar e desenvolver as competências referidas na alínea g) do artigo 3.º da Portaria n.º 821/2007, de 31 de Julho;